

O CATOLICISMO EM PORTUGAL: ORGANIZAÇÃO ECLESIASTICA E PRÁTICAS RELIGIOSAS

ANALISE REGIONAL

ISABEL MARGARIDA ANDRÉ
CARLOS PATRÍCIO

1. INTRODUÇÃO

A organização da Igreja Católica em Portugal e o comportamento religioso da população parecem-nos temas da maior importância para a compreensão da realidade social portuguesa.

O estudo elaborado parte de dois pressupostos principais: encarámos as práticas católicas como comportamentos sociais e admitimos que a intensidade dessas práticas depende do grau de organização da Igreja Católica e também da realidade social, económica e política que caracteriza as várias parcelas do território nacional. Nesta base, a análise que elaborámos divide-se em duas partes relativamente distintas. A primeira respeita à evolução da estrutura da Igreja Católica nas várias regiões do País, nas últimas décadas, bem como ao dinamismo da instituição avaliado através da evolução dos seus principais meios de expressão. Na segunda, procedemos à caracterização regional das práticas católicas da população. Nesta parte, onde se configura o principal objectivo do trabalho, procurámos compreender os traços fundamentais da articulação entre a expressão da ideologia católica e a expressão de várias ideologias laicas, mais ou menos compatíveis com os valores do catolicismo.

A concretização deste objectivo deverá passar designadamente pela observação do impacto do 25 de Abril sobre as práticas católicas, bem como pela confirmação de um eventual

reforço dessas práticas nos últimos anos como resultado das sucessivas transformações que a sociedade portuguesa tem vindo a sofrer. Serão também objectos de particular atenção a relação entre o voto e as práticas católicas e a possível diferenciação entre comportamentos urbanos e rurais.

A informação relativa à organização da Igreja Católica em Portugal foi recolhida nos *Anuários Pontifícios* (1950 a 1985), publicados pelo Vaticano ⁽¹⁾ e a que se refere às práticas católicas da população foi obtida nos *Recenseamentos Gerais da População* (I. N. E.), nas *Estatísticas Demográficas* (I. N. E.) e no livro de LUÍS DE FRANÇA (1981), *O Comportamento Religioso da População Portuguesa*, publicações que contêm os elementos essenciais.

2. A ESTRUTURA DA IGREJA CATÓLICA EM PORTUGAL

2.1. A organização territorial

A organização territorial da Igreja Católica em Portugal decompõe-se em cinco níveis hierárquicos (fig. 1): o Episcopado Português que abrange todo o território nacional; as Províncias Eclesiásticas, sediadas nas Arquidioceses de Évora e Braga e no Patriarcado de Lisboa; as Dioceses, em número de vinte, duas nas Regiões Autónomas e dezoito no Continente, sediadas todas nas capitais de distrito excepto a de Lamego; os Arciprestados ⁽²⁾ ou Vigararias (269) e as Paróquias (cerca de 4300).

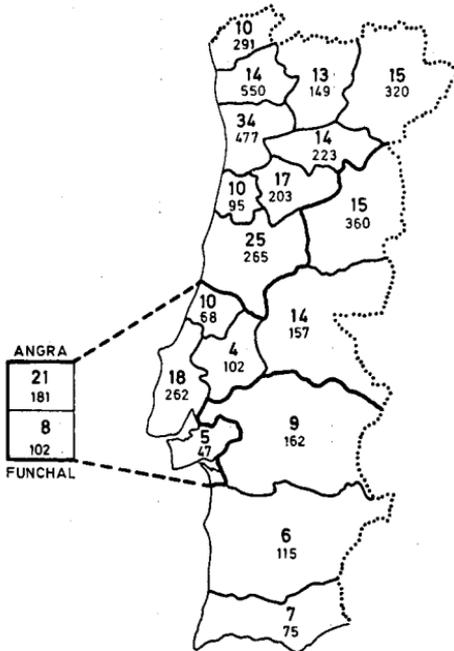
Não se justifica, no âmbito deste artigo, desenvolver a história da organização territorial da Igreja Católica; no entanto, importa salientar alguns aspectos que nos despertaram particular atenção.

A data de fundação das Dioceses (quadro 1) coincide, em muitos casos, com períodos politicamente conturbados da história nacional: a formação da nacionalidade, as descobertas,

⁽¹⁾ Cabe aqui uma referência especial à disponibilidade que encontramos por parte da Nunciatura Apostólica e nomeadamente do Padre João Chaves, que de bom grado nos facilitou a consulta dos *Anuários*, cuja informação, sistemática e bem organizada, foi indispensável para este estudo.

⁽²⁾ Os Arciprestados e as Vigararias são unidades territoriais do mesmo nível hierárquico.

a liderança do Marquês de Pombal, a Primeira República e o 25 de Abril. Tal coincidência, que não parece ser acidental, sugere que a organização territorial da Igreja Católica constituiu um meio privilegiado de consolidação nos momentos em que, por várias razões, foi ameaçada a sua influência ou, pelo contrário, naqueles em que a intervenção da instituição religiosa se mostrou indispensável (3).



Limite de
 ————— província eclesiástica
 - - - - - diocese

Número de
 5 arceprestados ou vigararias
 149 paróquias



Fig. 2 — Unidades de análise.

Fig. 1 — Organização territorial da Igreja Católica.

(3) A extinção de 5 Dioceses em 1882 correspondeu apenas a uma nova circunscrição diocesana efectuada pelo Papa Leão XIII a pedido do Rei D. Luís e relacionada certamente com a reorganização político-administrativa então em curso.

QUADRO I

Data de fundação, extinção e restauração das Dioceses portuguesas

	Fundação	Extinção	Restauração
Algarve (a)	ant. séc. IV (Ossobona)	?	1253
Angra	534	—	—
Aveiro	1774	1882	1938
Beja	531	754	1770
Braga	ant. séc. IV	?	1070
Bragança/Miranda	Miranda — 1545 Bragança — 1764 Brag./Mir. — 1780	—	—
Chaves	ant. séc. VI	?	—
Coimbra	séc. VI	?	1086
Dume	556	?	—
Elvas	1570	1882	—
Évora	ant. séc. IV	?	1166
Funchal	1514	—	—
Guarda	569 (Egitânia)	?	1199
Lamego	569	?	1147
Leiria/Fátima (b)	1545	1882	1918
Lisboa	ant. séc. IV	?	1148
Penafiel	1770	1778	—
Pinhel	1770	1882	—
Portalegre/ /Castelo Branco (c)	Port. — 1549 C. B. — 1771	C. B. — 1882	—
Porto	569	—	—
Santarém	1975	—	—
Setúbal	1975	—	—
Viana do Castelo	1977	—	—
Vila Real	1922	—	—
Viseu	séc. VI	?	1147

(a) A sede da Diocese deslocou-se de Silves para Faro em 1577.

(b) Designação actual da Diocese, em vigor a partir de 1954.

(c) Designação actual da Diocese, em vigor a partir de 1956.

Outro aspecto a realçar diz respeito ao paralelismo entre a divisão eclesiástica e a divisão político-administrativa, não restando grandes dúvidas sobre a sua interinfluência mas sendo, no entanto, de admitir que a organização eclesiástica terá sido a mais condicionante.

Um último aspecto relaciona-se com o dinamismo que se tem verificado recentemente ao nível da organização paroquial. Utilizando como referência o número de paróquias em 1950, em cada uma das 9 regiões que definimos, podemos verificar que, nos últimos trinta anos, os acréscimos mais significativos ocorreram nas Regiões Autónomas e nas regiões litorais do Continente, sendo aqui particularmente notável o aumento registado na Região de Lisboa (quadro II). As variações observadas nas regiões do Continente permitem comprovar que o dinamismo da organização paroquial acompanha claramente a evolução demográfica, antecipando-se mesmo, em numerosos casos, ao reordenamento político-administrativo.

QUADRO II

Evolução do número de paróquias, 1950 a 1980 e números índice (1950 = 100)

	1950	1960	n. i.	1970	n. i.	1980	n. i.
Norte Litoral	1287	1288	100.1	1297	100.8	1395	108.4
Norte Interior	571	573	100.4	574	100.5	577	101.1
Centro Litoral	400	410	102.5	420	105.0	428	107.0
Centro Interior	928	937	101.0	940	101.3	946	101.9
Lisboa/Santarém/Setúbal	324	346	106.8	358	110.5	384	118.5
Alentejo	286	293	102.4	282	98.62	281	98.3
Algarve	67	68	101.5	71	106.0	71	106.0
Açores	132	168	127.3	151	114.4	152	115.2
Madeira	50	52	104.0	102	204.0	102	204.0
PAÍS — TOTAL	4045	4135	102.2	4195	103.7	4336	107.2

2.2. *Evolução e distribuição do clero e dos membros dos institutos religiosos*

A evolução do clero

A evolução do número de sacerdotes registou, entre 1950 e 1985, uma estabilidade apreciável, sobretudo nítida se considerarmos o clero secular e o regular conjuntamente, já que o decréscimo observado no clero secular entre 1965 e 1985 foi, de certo modo, compensado por um aumento do número de sacerdotes regulares (fig. 3).

Embora não disponhamos de informação complementar suficiente, a evolução do clero permite supor que o incremento do clero regular obedece à necessidade de compensar a falta de sacerdotes seculares. Temos conhecimento que, dada a falta de párocos sentida nalgumas regiões a partir dos anos 60, os sacerdotes regulares passaram, nalguns casos, a exercer funções paroquiais.

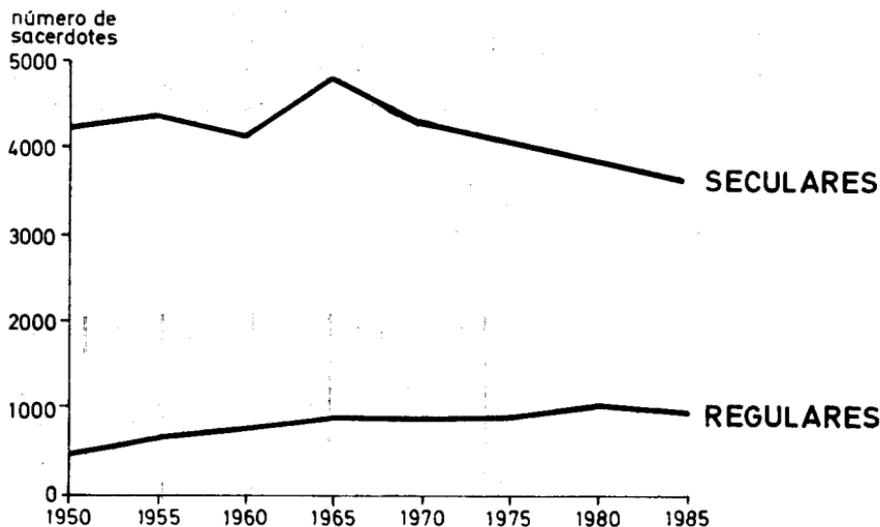


Fig. 3 — Evolução do clero secular e regular, País, 1950 a 1985.

No clero secular, podemos identificar alguns acréscimos e decréscimos relativamente pronunciados: entre 1960 e 1965 assistiu-se a um aumento significativo do número de sacerdotes, o que se pode eventualmente relacionar com a eclosão da Guerra Colonial que, de alguma forma, terá fomentado as ordenações, travando a tendência iniciada na segunda metade dos anos 50 de saída de seminaristas para o ensino laico; a ordenação permitia a esses indivíduos não participarem na guerra ou, pelo menos, não participarem activamente. Ao decréscimo iniciado em 1965, e que se mantém até à actualidade, não devem ter sido alheias as movimentações sociais e políticas que marcaram o fim dos anos 60 e, paralelamente, a flexibilidade introduzida pelo espírito do Concílio do Vaticano II, designadamente no que respeitou aos processos de

dispensa de sacerdotes. Curiosamente, e ao contrário do que por vezes é afirmado, o 25 de Abril não introduziu perturbações sensíveis na tendência decrescente então em curso.

A distribuição geográfica do clero

A distribuição geográfica do clero secular foi analisada em função do número de sacerdotes por paróquia. A figura 4 mostra sobretudo uma grande diferenciação entre o litoral e o interior do País.

Enquanto que no litoral e nas Regiões Autónomas o número de sacerdotes tem sido, desde 1950, sempre superior ao das paróquias, em todo o interior verifica-se uma insuficiência crescente de sacerdotes, sobretudo marcada em Trás-os-Montes e no Alentejo, o que deixa supor que a atracção demográfica exercida por determinadas áreas do País e, nomeadamente, pelos grandes centros urbanos, também se faz sentir entre os membros do clero. Embora a nomeação dos sacerdotes para as várias paróquias seja da responsabilidade da organização diocesana, a sua transferência para outras dioceses resulta, na maioria dos casos, da iniciativa individual, ainda que prévia e obrigatoriamente sancionada pela hierarquia competente.

O padrão regional do clero secular deve traduzir também a utilização por parte da Igreja de critérios de «rendibilidade» para a colocação do pessoal eclesástico, baseados na densidade populacional e, por outro lado, não deixará de reflectir ainda a necessidade que a instituição católica deve sentir de reforçar a sua acção em áreas que se lhe poderão tornar cada vez mais adversas.

Se as carências da organização paroquial que se observam no interior do País decorrem do insuficiente número de sacerdotes seculares, elas não deixam de indiciar também a relutância da Igreja Católica em extinguir paróquias, mesmo nos casos em que a redução drástica da população ao longo das últimas décadas deixou de justificar a sua existência.

A evolução do número de seminaristas

O número de seminaristas sofreu grandes alterações desde 1950 a 1985 (fig. 5). Nos primeiros cinco anos do período em análise, regista-se um aumento acentuado de frequência

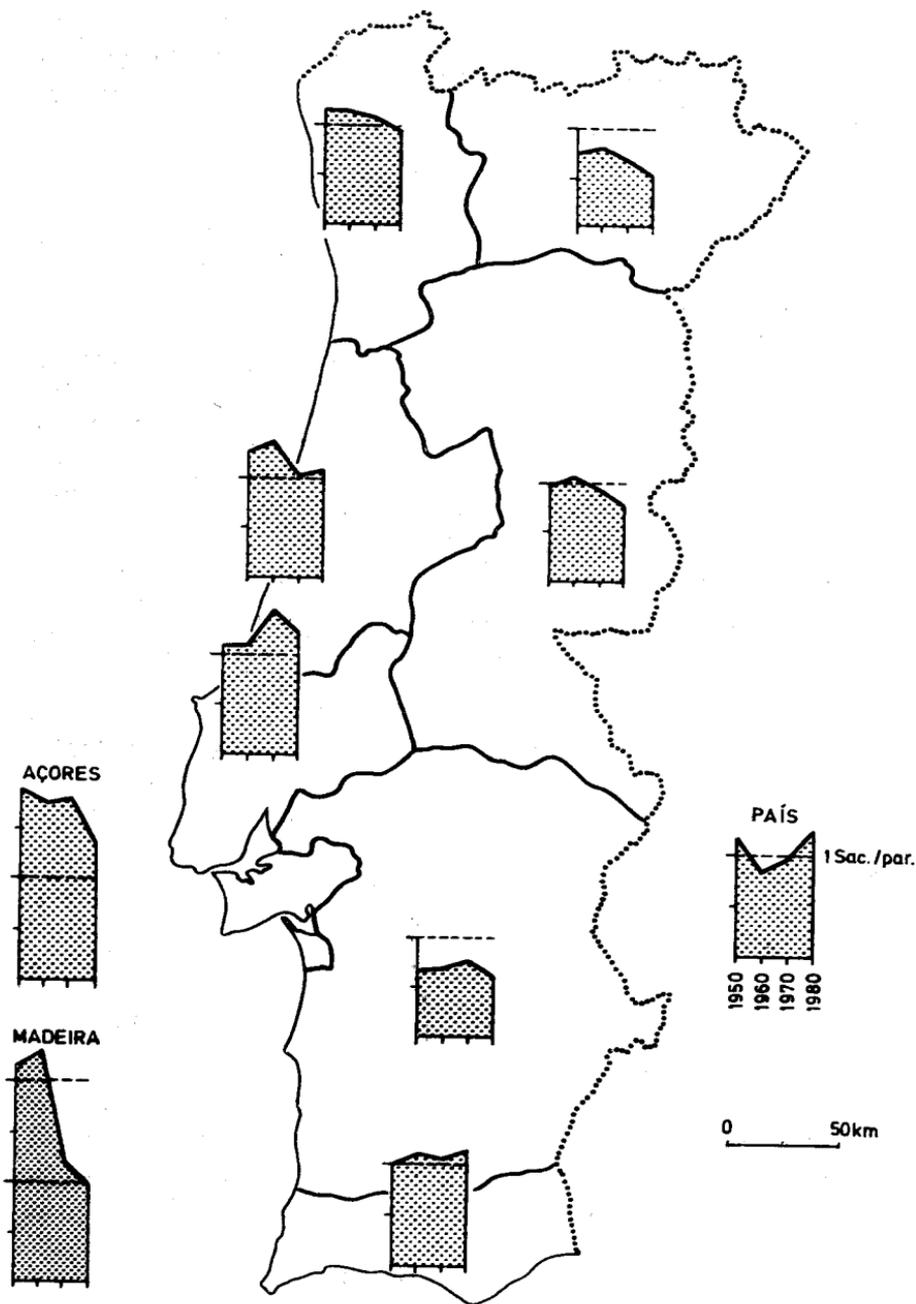


Fig. 4 — Evolução do número de sacerdotes seculares por paróquia, 1950 a 1980.

de seminários, o que pode corresponder à crescente procura do ensino básico e secundário em áreas onde o Estado tardou a criar as estruturas necessárias ao incremento da frequência escolar indispensável aos novos rumos de desenvolvimento económico do País. Os seminários terão assim constituído, durante alguns anos, a única via de escolarização na maior parte das áreas rurais.

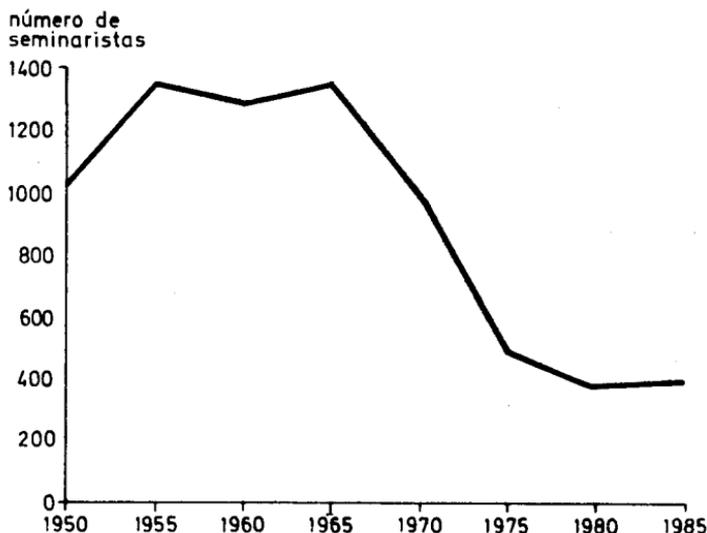


Fig. 5 — Evolução do número de seminaristas, País, 1950 a 1985.

Reconhecendo certamente a importante função dos seminários, o Estado promoveu, a partir da segunda metade dos anos 50, a progressiva equiparação oficial entre o ensino laico e o ensino religioso, o que terá originado, desde o início do processo, a transferência de alguns seminaristas para o ensino secundário oficial.

Na primeira metade dos anos 60 ter-se-á invertido essa tendência, observando-se um pequeno acréscimo da frequência dos seminários; esse aumento pode, eventualmente, ter correspondido mais a uma retracção nas saídas dos alunos mais velhos do que a um aumento do ingresso, já que essa saída, dada a idade dos alunos, corresponderia, em muitos casos, à imediata mobilização para a Guerra Colonial então iniciada.

Entre 1965 e 1975, a frequência dos seminários reduziu-se a menos de metade. Tal decréscimo foi certamente o resultado de múltiplos condicionalismos, entre os quais se destacam o processo de industrialização e os fenómenos migratórios, tendo ambos contribuído decisivamente para uma mudança das mentalidades e permitido, por outro lado, uma subida considerável do nível de vida das populações, o que terá possibilitado o acesso dos grupos sociais mais carenciados ao ensino secundário laico, potenciado também pela dispersão geográfica das escolas que entretanto se verificou.

Além das razões apresentadas, a conturbação social e política que marcou os anos 60 terá também influenciado a menor frequência dos seminários na medida em que esses movimentos englobaram, entre muitos outros aspectos, uma vertente anti-religiosa que, de alguma forma, contribuiu para a desvalorização social da função eclesiástica.

A evolução do número de membros dos institutos religiosos

A evolução do número de membros dos institutos religiosos masculinos e femininos (fig. 6) mostra uma tendência diferente da do clero.

No que diz respeito aos membros femininos, regista-se um aumento substancial ao longo do período em análise, quebrado apenas por um pequeno decréscimo entre 1970 e 1975 que, na nossa opinião, reflecte principalmente o efeito do 25 de Abril e, em particular, as novas condições de trabalho e de segurança social, sobretudo evidentes nos meios rurais, o que, aliado ao ambiente revolucionário de 1974/75, terá restringido as entradas nos institutos religiosos. Esta hipótese pressupõe admitirmos que a maioria dos membros dos institutos religiosos femininos provinha das áreas rurais e dos grupos sociais mais desfavorecidos.

Na evolução do número de membros dos institutos religiosos masculinos verifica-se uma constância apreciável entre 1950 e 1985, que pode, eventualmente, justificar-se por um estatuto social distinto do da maioria dos membros femininos e menos sensível a alterações da conjuntura social, económica ou política do País.

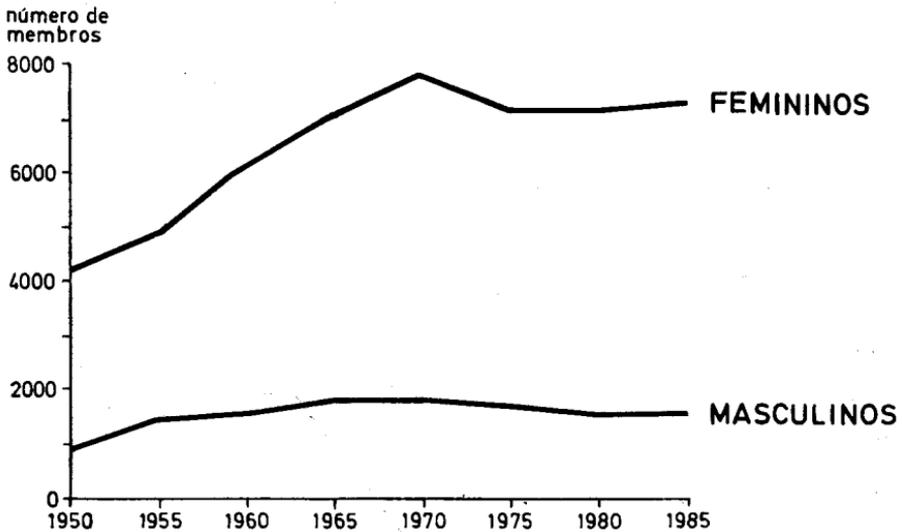


Fig. 6 — Evolução do número de membros dos institutos religiosos, País, 1950 a 1985.

2.3. A acção social da Igreja

A acção social da Igreja manifesta-se sob as mais variadas formas: beneficência, ensino, comunicação social, assistência hospitalar entre outras.

Analisámos apenas a evolução das instituições de beneficência e a das escolas católicas, dadas as limitações que encontrámos na recolha da informação.

As oscilações que se observam na evolução numérica dos dois tipos de instituições (fig. 7) não podem ser interpretadas pormenorizadamente, dado que os processos de organização relativos à fusão ou concentração de unidades, sobretudo no que toca às instituições de beneficência, são-nos desconhecidos. Apesar disto, o substancial incremento observado nos últimos anos parece não se limitar a questões de reorganização institucional e pode traduzir uma das manifestações do contraponto necessário às carências que se fazem sentir na organização paroquial. Aliás, esta hipótese surge reforçada pelo crescente interesse que a Igreja Católica vem manifestando na ampliação dos seus meios de comunicação social, exemplificado pelas discussões surgidas em torno da atribuição de

frequências à Rádio Renascença e da concessão de um canal televisivo ao Patriarcado de Lisboa.

De resto, tal atitude pode não significar apenas uma estratégia de recurso mas antes uma adaptação aos novos meios de formação e de comunicação. A relação pessoal que a Igreja sempre privilegiou na difusão da sua doutrina e que está implícita em muitas das suas práticas parece ser cada vez menos compatível com as formas de organização social que se vêm desenvolvendo.

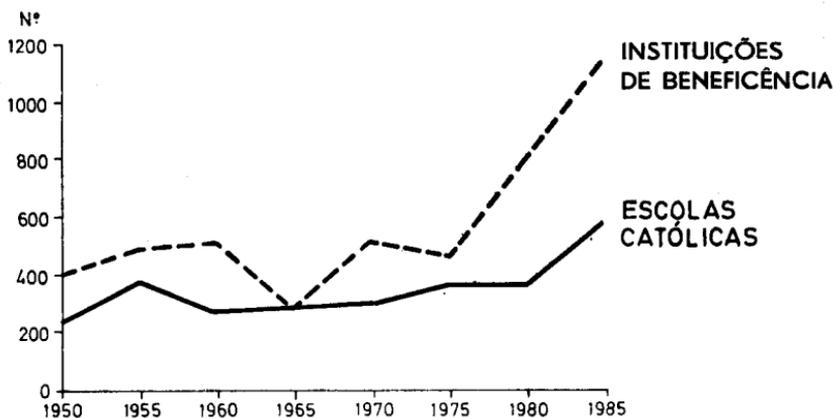


Fig. 7 — Evolução do número de instituições de beneficência e de escolas católicas, País, 1950 a 1985.

3. EVOLUÇÃO E INCIDÊNCIA REGIONAL DAS PRÁTICAS CATÓLICAS

A montante da análise das práticas católicas torna-se indispensável conhecer a incidência do catolicismo na população portuguesa. Embora seja potencialmente praticante toda a população que, para efeitos estatísticos, se assume como católica, a relação entre tal atitude e as diferentes práticas católicas traduz, por um lado, a maior ou menor valorização social dessas mesmas práticas e, por outro, os diversos níveis de afirmação ideológica que cada uma das práticas pressupõe.

Existem, na nossa opinião, práticas com um significado eminentemente social, como o casamento católico, e outras que traduzem sobretudo um posicionamento ideológico, como o crisma. No entanto, esta diferenciação nem sempre é clara: a frequência da missa dominical ou o baptismo parecem mesmo

assumir significados diferentes consoante o meio social e geográfico em que os praticantes estão inseridos.

Seria, sem dúvida, do maior interesse conhecer a intensidade das várias práticas referidas; contudo, a informação é relativamente escassa neste domínio, existindo apenas dados relativos à percentagem de casamentos católicos e à frequência da missa dominical (esta última apenas para o ano de 1977).

Antes de analisarmos a evolução e a intensidade regional das práticas católicas, parece-nos importante uma referência à população potencialmente praticante, ou seja, a população que se declarou católica nos recenseamentos gerais da população efectuados entre 1940 e 1981.

A leitura desta informação suscita algumas dúvidas, designadamente a propósito dos múltiplos critérios subjacentes às respostas; a assunção do catolicismo tanto pode traduzir apenas um simples registo de baptismo como pode reflectir a plena inserção na doutrina católica.

Apesar dessas limitações, é visível, na figura 8, um acréscimo da percentagem de população católica entre 1940 e 1960 e um decréscimo pronunciado nas décadas seguintes. Tal evolução é análoga a outras que observámos no âmbito da estrutura eclesiástica, reflectindo certamente também, por um lado, o reforço da influência da Igreja Católica promovido pelo Estado Novo, nomeadamente através do ensino estatal e, por outro lado, a sua perda de importância a partir dos anos 60, decorrente das condições já mencionadas atrás.

As oscilações da percentagem de católicos entre 1940 e 1981 são regionalmente diferenciadas, atingindo no sul do País, e em particular no Alentejo, amplitudes consideráveis.

Em 1981, a percentagem de população católica apresentava um nítido contraste Norte-Sul (fig. 9). A norte do rio Tejo, destacavam-se as principais áreas urbano-industriais com valores menos elevados e salientavam-se da mesma forma os concelhos mais periféricos do Norte Interior o que pode relacionar-se com a insuficiente assistência paroquial detectada nesta região. A persistência ou o desenvolvimento de cultos religiosos não católicos pode também, de algum modo, justificar os valores encontrados.

Inversamente, no Alentejo, região onde o catolicismo tem a sua expressão mais reduzida, são alguns dos concelhos mais

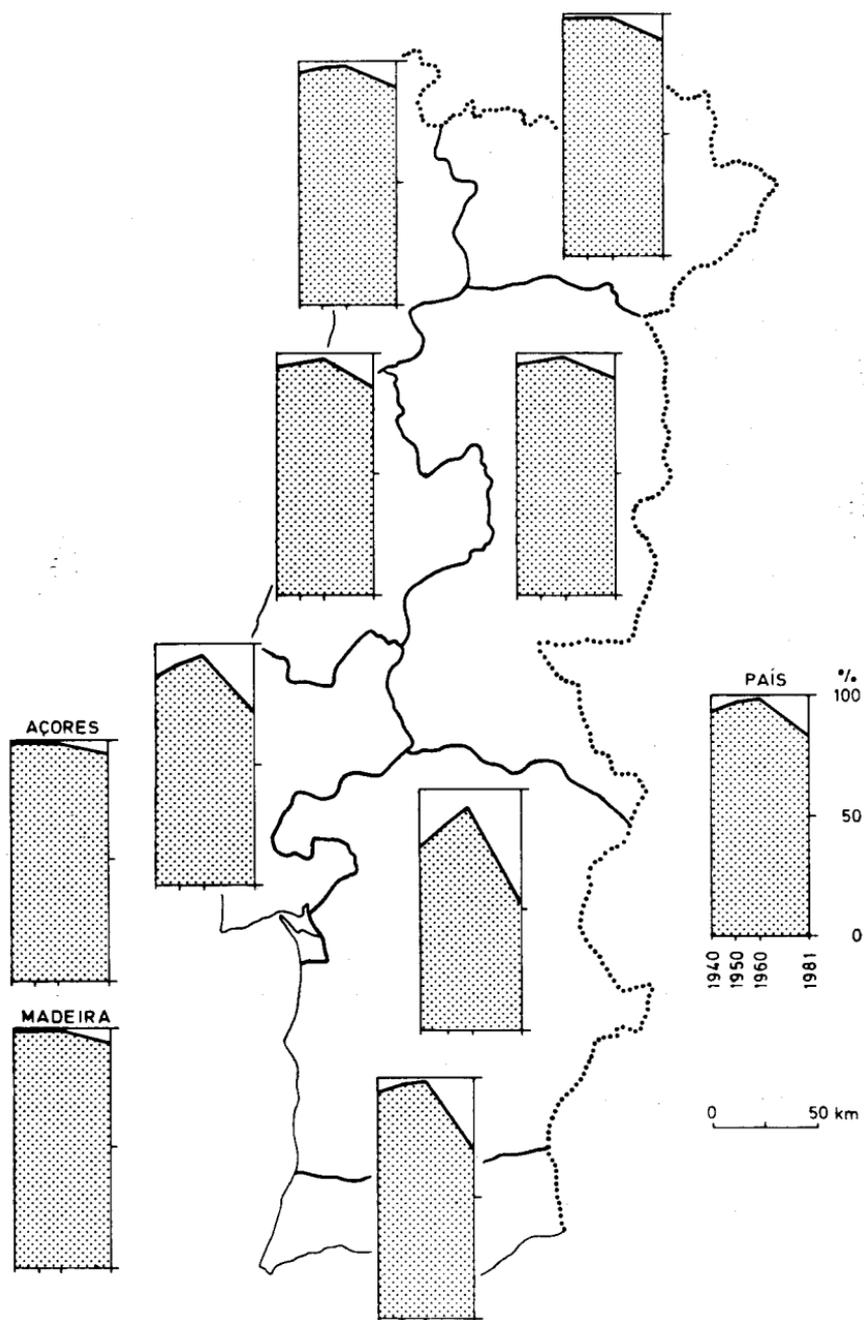


Fig. 8 — Evolução da percentagem de população católica, 1940 a 1981.

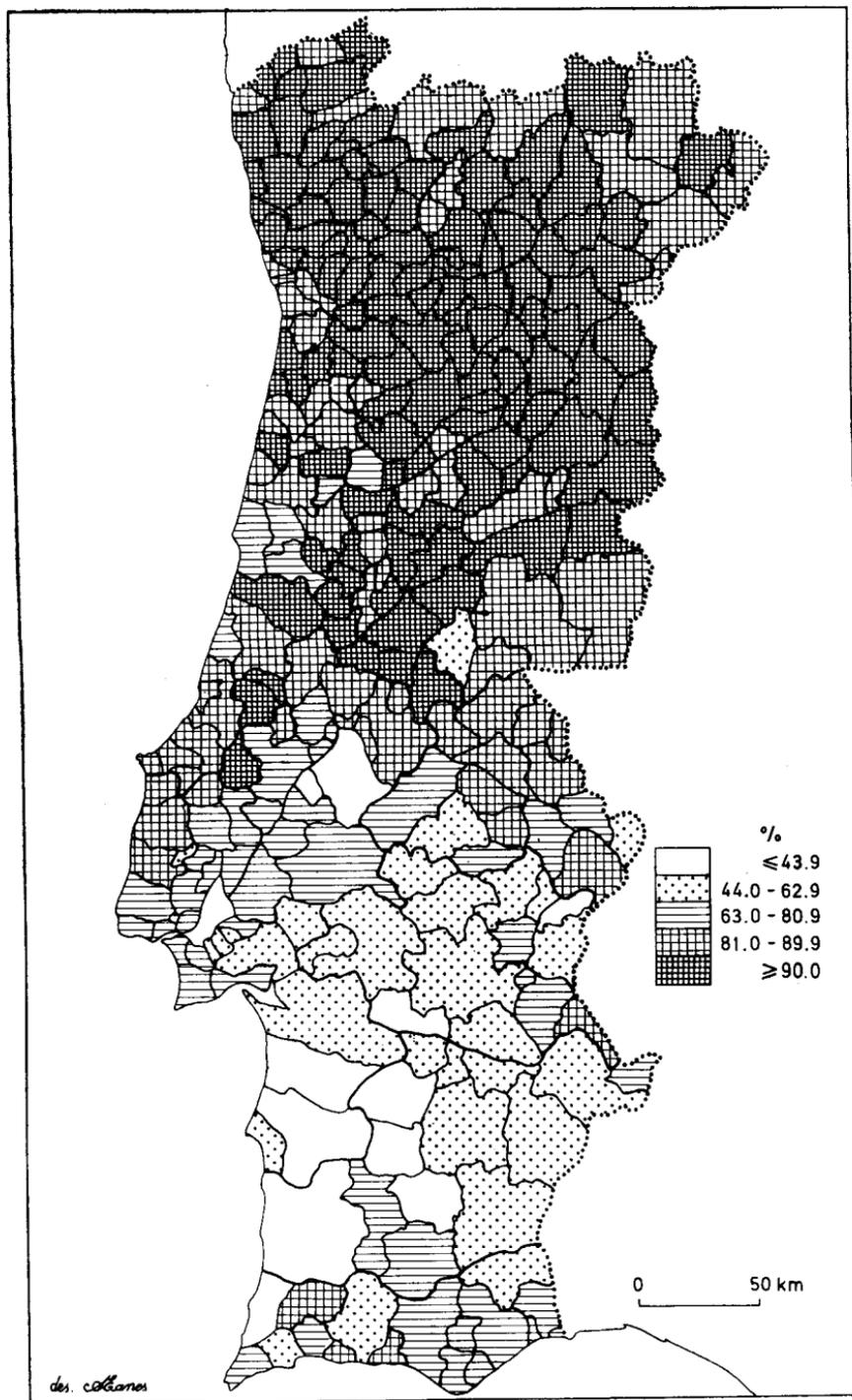


Fig. 9 — Percentagem de população católica, 1981.

periféricos (Mourão, Barrancos, Ourique, Almodôvar) que apresentam as percentagens mais elevadas de população católica.

A estrutura social não deve também ser alheia ao padrão geográfico encontrado, já que as situações periféricas no Norte Interior correspondem a uma maior proletarização da população agrícola, enquanto que, no Alentejo, as áreas mais periféricas são aquelas onde o campesinato é mais numeroso.

Tal como já referimos, a análise das práticas católicas limita-se ao casamento católico e à frequência regular da missa dominical, restrita esta última ao ano de 1977.

Na evolução da percentagem de casamentos católicos, o ano de 1960 surge, mais uma vez, como momento de inflexão; a percentagem aumentou entre 1940 e 1960 e declinou consideravelmente nas duas últimas décadas (fig. 10).

Apesar de a Concordata celebrada em 1940 entre o Vaticano e o Estado português impor a indissolubilidade do casamento civil quando coexistente com o católico, o que poderia ter contribuído para o decréscimo dessa prática, a informação estatística mostra o contrário.

Podemos, no entanto, admitir que as disposições da Concordata, relativas à «fusão» entre o casamento civil e o católico, resultante da atribuição de personalidade jurídica à Igreja Católica e do reconhecimento oficial do casamento católico, determinaram a desvalorização social do contrato civil que tinha constituído uma inovação da Primeira República, cujo impacte foi apreciável.

Se a Igreja sempre equiparou o casamento civil à mancebia, parece-nos que, a partir de 1940, essa concepção se ampliou consideravelmente, passando mesmo a constituir uma atitude social predominante, o que permitiu que o simples casamento civil passasse a ser fortemente condenado pelos mais variados sectores da sociedade. Esse movimento repressivo pode justificar a evolução registada no Alentejo, onde a proporção de casamentos católicos passou de 59 % em 1940 para 90 % em 1960. As repercussões terão sido por certo mais ténues nas grandes áreas urbanas e designadamente em Lisboa, onde as relações sociais dominantes determinavam um controlo mais brando.

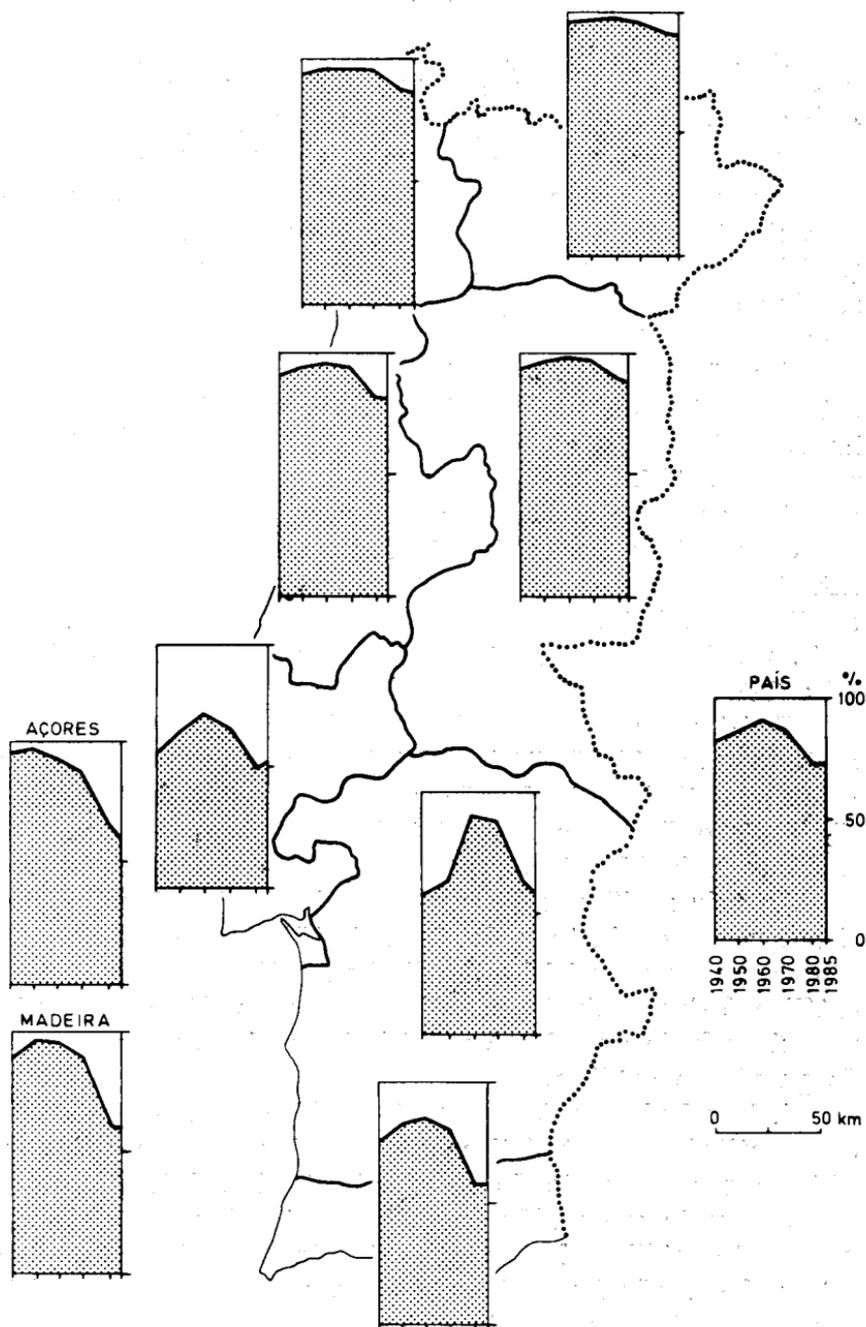


Fig. 10 — Evolução da percentagem de casamentos católicos, 1940 a 1985.

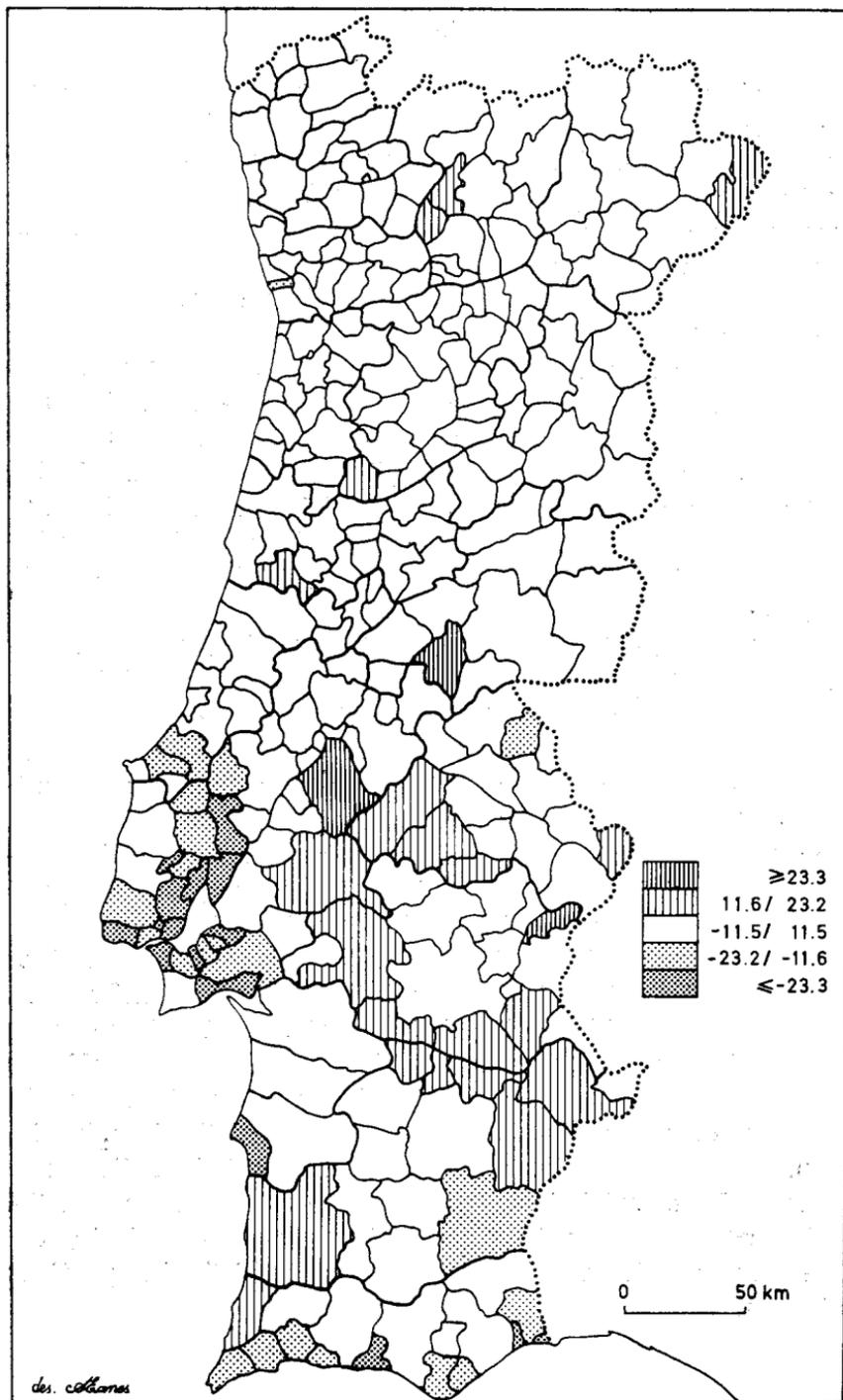


Fig. 11 — Resíduos da análise de regressão entre a percentagem de população católica (1981) e a percentagem média de casamentos católicos (1980, 1981, 1982).

Neste quadro, parece desenhar-se, no entanto, nos últimos anos, uma tendência que, de algum modo, contraria a depreciação do casamento católico nas grandes áreas urbanas. De facto, entre 1980 e 1985, a proporção de casamentos católicos continuou a diminuir na maior parte das regiões do País, ainda que de forma menos acentuada, registando, contudo, um acréscimo sensível na região de Lisboa, onde passou de 49 para 52 % (fig. 10).

Dadas as características dessa região, a evolução recente da percentagem de casamentos católicos parece-nos traduzir menos um reforço efectivo das práticas católicas e expressar sobretudo a necessidade de afirmação de determinados estratos da juventude que, neste e noutros domínios, assumem frequentemente atitudes de cariz revivalista, demarcando-se, assim, claramente, dos comportamentos revolucionários da geração anterior.

A frequência da missa dominical em 1977 (FRANÇA, 1981), ponderada pela população católica, apresenta um padrão geográfico marcado pela dicotomia Norte/Sul (fig. 12).

No sul do País, os católicos frequentam pouco a missa dominical, observando-se em toda essa área uma grande uniformidade de comportamento; no Norte, a missa dominical é muito mais frequentada, embora se registem situações bastante diferenciadas e as áreas urbano-industriais, com excepção de Braga, apresentem valores nitidamente inferiores.

A militância dos católicos emerge com características opostas às de outros tipos de militância e, designadamente, à de outras religiões e à político-partidária. Tanto no caso dos partidos políticos como no das pequenas comunidades religiosas verifica-se que a militância é tanto mais acentuada e radical quanto mais vincada é a sua posição de minoria, enquanto que os católicos parecem ser sobretudo activos nas áreas onde o catolicismo assume a sua maior expressão. A importância de outras ideologias parece constituir, em especial nos meios rurais, um factor de inibição das práticas católicas.

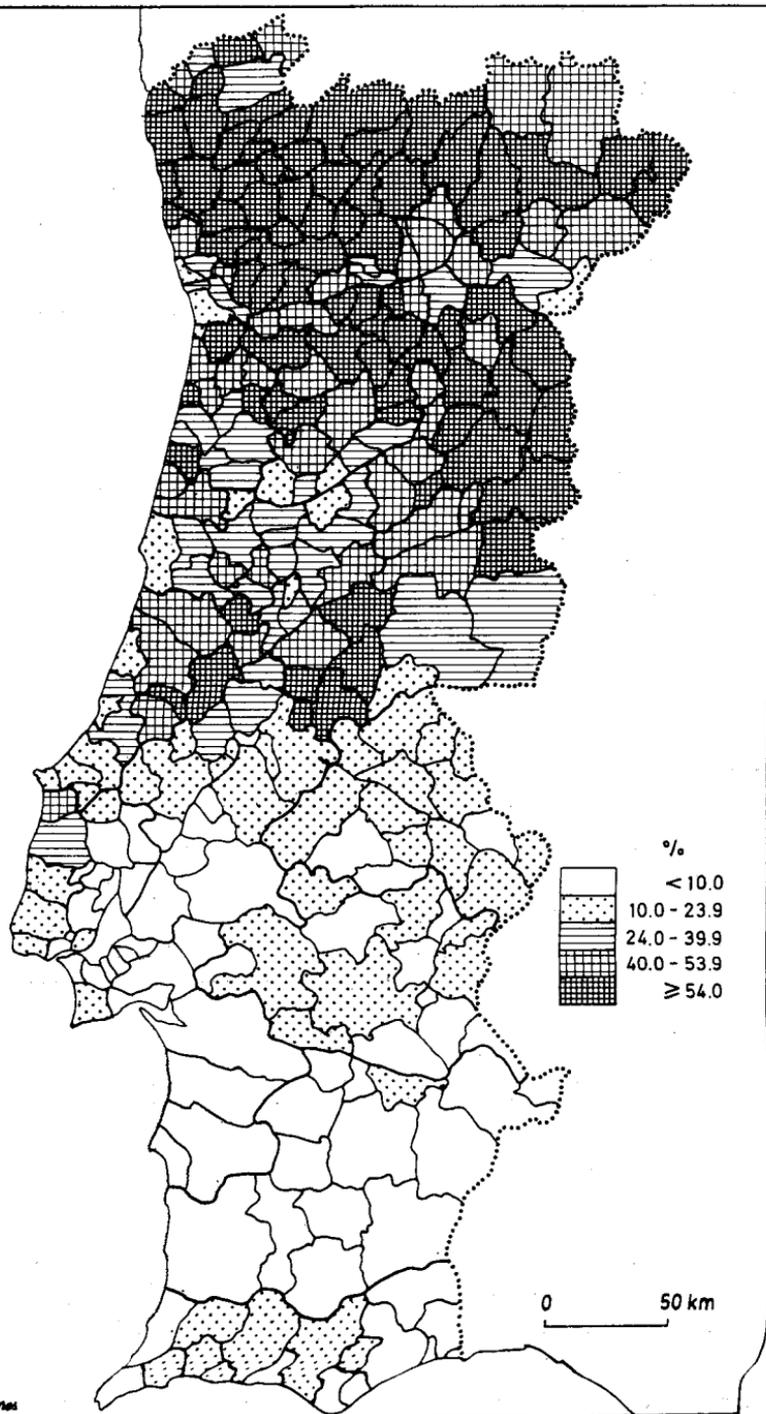


Fig. 12 — Percentagem da população católica que frequenta regularmente a missa dominical, 1977.

4. O CATOLICISMO E A SOCIEDADE PORTUGUESA

A primeira etapa da implantação do capitalismo na Europa, nos séculos XVI e XVII, implicou um conflito, nalguns casos irremediável, com a Igreja Católica; no entanto, na Europa do Sul, onde a Contra-Reforma teve a sua maior expressão, e nomeadamente em Portugal, assistiu-se a uma conciliação, ainda que por vezes precária, entre o poder temporal da Igreja e os novos poderes emergentes, mantendo-se, assim, até à actualidade, uma dominância apreciável da ideologia católica.

Com efeito, não nos parece abusivo afirmar que, em Portugal, a instituição católica limitou a expansão do capitalismo. Aliás, verificou-se que as principais tentativas de acelerar o desenvolvimento económico corresponderam a momentos de conflito entre o poder temporal da Igreja e o poder político central, de que são exemplos a política pombalina, a Revolução Liberal e a Primeira República.

Apesar da importância dessas clivagens, a análise que elaborámos nos capítulos anteriores ilustra claramente a influência que a Igreja Católica continua a exercer na definição dos comportamentos sociais em Portugal, não sendo estranha a esta situação a convergência de interesses entre a Igreja e o Estado, que caracterizou o período salazarista.

Esta nossa leitura pressupõe que, apesar do desgaste verificado nas últimas décadas nalgumas regiões do País, o catolicismo não deve ser encarado como fenómeno residual, quer enquanto ideologia, quer no âmbito das práticas que envolve.

Como interpretar então, e não só no caso português, a articulação entre a Igreja Católica e o estado capitalista?

Embora ideologicamente contraditórios, o capitalismo e o catolicismo mostram-se, na prática, compatíveis, o que pode decorrer, por um lado, dos eventuais benefícios que o capitalismo retira da acção da Igreja, designadamente no que respeita à promoção da solidariedade social e, por outro lado, pode ser justificado também por uma organização eclesiástica suficientemente forte e estruturada para resistir à emergência de novos valores culturais e, mais do que isso, capaz de se adaptar às transformações constantes da sociedade.

Podemos ainda admitir que os valores socioculturais do capitalismo não têm tido consistência suficiente para enformar uma ideologia que substitua a católica.

No entanto, a análise da informação de que dispomos sugere que a dominância da ideologia católica em Portugal é sobretudo pronunciada nas regiões onde as formas económicas pré-capitalistas ou as referências culturais que lhes estão associadas, têm maior expressão, designadamente no âmbito da valorização social da propriedade privada ou no da importância da instituição familiar. Por outro lado, o enfraquecimento do catolicismo faz-se sentir nas áreas onde o desenvolvimento capitalista é mais pronunciado, situação que abarca não só as manchas urbano-industriais como o Alentejo, onde a penetração precoce do capitalismo na agricultura acentuou a fraca implantação do catolicismo já então verificada.

A desvalorização do catolicismo exterioriza-se, contudo, diferenciadamente, nas áreas urbano-industriais e nas áreas rurais: enquanto que, nas primeiras, é particularmente visível o decréscimo das práticas católicas, no meio rural alentejano o desgaste parece incidir sobretudo no campo ideológico.

Sem pretensões de comprovar relações tão complexas como as que se estabelecem entre a ideologia e as práticas católicas e o contexto social, económico e político em que os indivíduos se inserem, julgamos que a análise de correlações pode sugerir, contudo, interpretações mais seguras.

Com tal objectivo, seleccionámos um conjunto de indicadores que caracterizam, no essencial, os diversos contextos regionais e correlacionámo-los, tendo por base o distrito, com os indicadores do catolicismo: percentagem de população católica, proporção de casamentos católicos e frequência da missa dominical.

Entre os coeficientes encontrados salientam-se correlações bastante fortes do catolicismo com o campesinato (trabalhadores isolados da agricultura), com o sector terciário e com determinados comportamentos político-eleitorais.

Julgamos que os valores encontrados traduzem, de facto, os principais traços da expressão do catolicismo na sociedade portuguesa.

A diversificação que caracteriza o campesinato, englobando situações tão distintas como a agricultura de auto-subsistência, a agricultura mercantil ou a pluriactividade, parece não obstar a uma uniformidade de valores culturais nitidamente enquadrados pelo catolicismo, designadamente nas suas manifestações sociais.

QUADRO IV

Ceficientes de correlação

	Casamentos católicos 1981	Missalizantes 1977	Católicos 1981
Campeinato 1981	.69	.61	.54
Sector terciário 1981	-.84	-.76	-.54
APU — AR 1983	-.79	-.82	-.96
CDS — AR 1983	.75	.83	.86
PSD — AR 1983	.79	.79	.86

A desvalorização do catolicismo e, em particular, o enfraquecimento das práticas católicas surgem estreitamente associados ao peso do emprego terciário. Tal como tínhamos sugerido antes, o meio urbano mostra-se pouco receptivo à influência da Igreja Católica e, mesmo quando a maioria da população se declara católica, não deixa de se registar uma adesão diminuta às práticas católicas.

Assim sendo, o meio camponês e o meio urbano constituirão os dois pólos da escala de intensidade do catolicismo, cuja oposição se faz sentir mais intensamente no âmbito das práticas católicas do que no da ideologia.

Situação diferente é a que se observa nas relações entre catolicismo e comportamento político-eleitoral. O catolicismo opõe-se claramente ao voto comunista e associa-se ao voto PSD e CDS. No entanto, quer numa situação quer na outra, a relação é mais forte com a proporção de população católica do que com a frequência das práticas católicas, o que é compreensível, dado tratar-se basicamente de uma articulação entre ideologias mais ou menos convergentes, mais ou menos contraditórias.

RESUME

Le catholicisme au Portugal: organisation ecclésiastique et pratiques religieuses. Analyse régionale. — Les pratiques catholiques sont considérées dans cet article en tant que comportements socio-culturels et on admet que leur intensité dépend de l'organisation de l'Eglise ainsi que des conditions sociales, économiques, politiques et culturelles qui caractérisent les différentes parties du territoire national.

La première part de l'article concerne l'évolution récente des principaux aspects de la structure et de l'organisation ecclésiastique, particulièrement le clergé, les institutions religieuses, l'enseignement, l'action sociale et l'organisation territoriale de l'Eglise. On analyse ensuite l'incidence régionale de quelques pratiques religieuses: le mariage catholique et la fréquentation de la messe dominicale, et on essaie de comprendre l'articulation entre l'expression de l'idéologie catholique et la manifestation des différentes idéologies laïques.

SUMMARY

Catholicism in Portugal: ecclesiastic organization and religious practices. Regional analysis. — Catholic practices are here approached as sociocultural behaviours and it is considered that their intensity depends on Church organization and also on social, economical, political and cultural conditions which distinguish portuguese regions.

The first part of the paper analyses the recent evolution of the main aspects of ecclesiastic structure and organization, such as clergy, religious institutions, seminaries, colleges, social action and Church's spatial organization.

The second part deals with the regional incidence of some religious practices: catholic marriage and attendance of sunday mass and intends to understand the articulation between the catholic ideology expression and the manifestation of different non religious ideologies.